



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Potência Política do corpo Abjeto: As redes sociais e a Participação Política de Pessoas Transgéneros no Brasil

Thainá Leticia Innocente

Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientadora:

Doutora Cláudia Álvares, Professora Associada
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Doutora Sandra Palma Saleiro, Investigadora Integrada
CIES - Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

Potência Política do corpo Abjeto: As redes sociais e a Participação Política de Pessoas Transgéneros no Brasil

Thainá Leticia Innocente

Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientadora:

Doutora Cláudia Álvares, Professora Associada
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Doutora Sandra Palma Saleiro, Investigadora Integrada
CIES - Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

"Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo."
Paulo Freire

Agradecimentos

A conclusão da presente dissertação é uma enorme realização pessoal. Toda a pesquisa e o desenvolvimento foram feitos em um ano desafiador e cheio de surpresas. Seria impossível deixar de agradecer aqueles que tornaram a conclusão dessa fase possível.

Assim, deixo os meus mais sinceros agradecimentos à minha família e companheiros de vida. Aos meus pais, Moacir e Tania, e a minha irmã Maria Isabel, pelo apoio e amor incondicional. Ao meu namorado Arthur, que me deu todo o suporte e amor do mundo, e não passou um dia sem me lembrar que eu seria capaz de finalizar a tese. Aos meus queridos amigos, que dividem comigo as coisas boas e ruins da vida, por todo o apoio e resgate nos diversos momentos de incertezas.

Por fim, quero agradecer à minha orientadora Cláudia Álvares, que esteve sempre disponível e direcionou-me durante esse processo, confiando no meu trabalho. E também a co-orientadora Sandra Palma Saleiro que se disponibilizou a ajudar na revisão e a enriquecer o corpo do trabalho.

Resumo

Desde 2018 nota-se um aumento expressivo na participação partidária, dentro do sistema político brasileiro, de pessoas que se auto identificam como trans. A cada pleito eleitoral se vê um aumento de mais de 100% de candidaturas, com cada vez mais eleitos, ao mesmo passo que ascende também o conservadorismo e a direita dentro dos espaços de criação de políticas públicas. Junto a esse cenário, mudanças sociais e culturais influenciam cada vez mais a adoção das redes sociais no processo político brasileiro, também na vida dos indivíduos trans e nas experiências relacionadas ao gênero. O presente estudo pretende abordar as características do engajamento político da população trans em paralelo com a análise de qual é o papel das redes sociais neste âmbito. Isso foi feito por meio de entrevistas que exploram as experiências de seis pessoas trans no Brasil, envolvidas em diferentes níveis de participação política. As transcrições das entrevistas foram analisadas por meio da análise temática e a partir das respostas foram identificados oito diferentes temas que serão desenvolvidos na presente dissertação: (1) A Importância da Interseccionalidade; (2) Violências Catalisadoras de Participação Política; (3) Necessidade de Transformação Política; (4) Os reflexos na Comunicação Digital: Nova Política e Nova Comunicação; (5) Organização Coletiva; (6) Instagram Como Plataforma de Escolha; (7) Violência de Gênero nas Redes; (8) A Construção da Identidade no Ambiente Digital.

Palavras-chave:

Participação Política; Transgênero; Estudos de Gênero; Interseccionalidade; Redes Sociais.

Abstract

Since 2018, there has been a significant increase in party participation, within the Brazilian political system, of people who self-identify as trans. With each election there is an increase of more than 100% in candidacies, with more and more elected, while conservatism and the right also rise within the spaces of creation of public policies. Along with this scenario, social and cultural changes increasingly influence the adoption of social networks in the Brazilian political process, also in the lives of trans individuals and in experiences related to gender. The present study intends to address the characteristics of the political engagement of the trans population in parallel with the analysis of what is the role of social networks in this context. This was done through interviews that explore the experiences of six trans people in Brazil, involved in different levels of political participation. The transcripts of the interviews were analyzed using thematic analysis and, based on the responses, eight different themes were identified that will be developed in this dissertation: (1) The Importance of Intersectionality; (2) Violence that Catalyzes Political Participation; (3) Need for Political Transformation; (4) Reflections on Digital Communication: New Politics and New Communication; (5) Collective Organization; (6) Instagram as Platform of Choice; (7) Gender Violence in Networks; (8) The Construction of Identity in the Digital Environment.

Keywords:

Political Participation; Transgender; Gender Studies; Intersectionality; Social networks.

Índice

<i>Introdução</i>	1
<i>Revisão da Literatura</i>	3
2.1. A Mobilização Política Partidária.....	6
2.2. O Gênero e a Política no Campo Digital.....	9
<i>Metodologia</i>	13
3.1. Considerações Éticas	15
3.1.1. Transparência	15
3.1.2. Atenção a Linguagem	15
3.1.2. Reconhecer a interseccionalidade	16
3. 2. Participantes.....	16
<i>Análise de Resultados</i>	17
4. 1. A Importância da Interseccionalidade	17
4. 2. Violências Catalisadoras de Participação Política.....	18
4. 3. Necessidade de Transformação Política	20
4. 4. Os Reflexos na Comunicação Digital: Nova Política e Nova Comunicação	21
4. 5. Organização Coletiva	22
4. 6. Instagram Como Plataforma de Escolha.....	23
4. 7. Violência de Gênero nas Redes.....	24
4. 8. A Construção da Identidade no Ambiente Digital	26
<i>Discussão</i>	27
<i>Conclusões e Limitações</i>	33
<i>Referências Bibliográficas</i>	35
<i>Anexos</i>	41
Anexo A.....	41
Anexo B.....	42

CAPÍTULO 1
Introdução

O primeiro registro de uma pessoa travesti no Brasil data ainda do século XVI. Xica Manicongo, que mais tarde viria a tornar-se símbolo de resistência, foi denunciada ao Santo Ofício e condenada à pena de ser queimada viva em praça pública por recusar-se a vestir-se e comportar-se como homem (Heliodoro, 2021). Hoje, o Brasil é o país do mundo que mais mata pessoas trans (Pinheiro, 2022), e continua, historicamente, tratando essa população com uma série de violências, invisibilização e marginalização, que ocorre, segundo Butler (2013), por fazerem parte de um espectro que escapa ao enquadramento considerado normativo pela sociedade formada nos padrões cis. Apesar desse contexto, a potência política dos indivíduos trans é inegável. Nota-se a partir dos anos 90 um cenário de início de mobilização organizada, quando Kátia entra para a história da política nacional como a primeira travesti eleita a um cargo público e também vereadora mais votada de sua cidade (Gontijo, 2014). Cada vez mais a população transgênero está se mobilizando e entrando na vida pública a fim de romper a cadeia de vulnerabilidades.

Apesar do crescimento constante, o espaço da população trans na política brasileira começou a ganhar expressividade nas eleições legislativas de 2018, quando houve, por lei, o alcance de direitos plenos para retificação do nome sem processo patologizador ou autorização judicial. Desde então, a cada pleito eleitoral se vê um aumento de mais de 100% de candidaturas de pessoas trans aos mais variados cargos (ANTRA, 2018; 2020; 2022). Participação essa cada vez mais fomentada pela urgência em combater a violência de gênero que cresceu junto à -ascensão ao poder da direita conservadora de Jair Bolsonaro e a contaminação dos poderes brasileiros por uma frente cristã assumidamente contra a inclusão de qualquer direito relacionado aos gêneros que fuja do espectro cisnormativo.

Em paralelo a esse cenário, uma série de mudanças sociais e culturais influenciam cada vez mais o uso das redes sociais no processo político brasileiro e também na maneira como os indivíduos trans entendem, vivenciam e comunicam suas experiências relacionadas ao gênero. Um grande corpo de estudo referente a essa população considera que as mídias sociais disponibilizam aos usuários um espaço discursivo e um conjunto de recursos com os quais podem estabelecer laços sociais, receber educação e compartilhar suas pautas, que de outra forma, não estariam disponíveis (Jenzen, 2014). Parte-se também do pressuposto que diferentes grupos, com diferentes interesses, estão inseridos em uma rede de dispositivos que lhes confere

a possibilidade de existência e que o ato de desempenhar performances e a autenticidade tornam-se práticas que são adaptadas, limitadas e recebidas a partir das singularidades do ambiente digital em convergência com o contexto social.

A partir da literatura disponível e de um estudo qualitativo realizado por meio de entrevistas com pessoas que se auto identificam como trans e estão associados a diferentes níveis de participação política, o foco da presente dissertação é estudar o panorama da entrada dessa população na política, acompanhada de uma análise do papel das redes sociais nesse contexto, levando em consideração questões como a imposição da normatividade e outras formas de vigilância que tem impacto sobre as práticas de interação nessas mídias. Para isso foi empregada uma metodologia transfeminista e interseccional que se centra na autodeterminação dos participantes. Espera-se que as descobertas deste estudo sejam consideradas de forma colaborativa entre acadêmicos e ativistas tanto nos crescentes campos de tecnologias da informação quanto no desenvolvimento político de gênero.

Revisão da Literatura

Com o passar dos anos, foi possível observar que o sistema normativo social sofreu alterações, principalmente no que se refere à identidade de gênero e sexualidade. Por muitos anos, segundo Michel Foucault, ambos foram utilizados como meio de controle social. Tais identidades e as expressões que as nomeiam foram sendo fabricadas, gradualmente, ao longo do último século (Bento, 2021; Foucault, 1999). Nesse sentido, analisar as mudanças nesse sistema exige que pensemos de maneiras diferentes sobre como o pessoal é político, sobre o que constitui opressão baseada em gênero e sobre como entendemos o desenvolvimento histórico dos movimentos, tanto trans quanto feministas (Stryker, 2017).

Considera-se aqui que, enquanto o sexo é biológico, o gênero é social: o que importa é a auto-percepção (Jesus, 2012). A nível de terminologia, a definição considerada nesse estudo é o uso de *transgénero*, ou *trans*, como palavra guarda-chuva, englobando todos aqueles cujo gênero hoje difere do de nascença. Portanto, trans é um termo que abrange todas as identidades de gênero que diferem da cisgeneridade imposta, usado para referir a pessoas que se afastam do gênero que lhes foi atribuído e cruzam as fronteiras construídas por sua cultura para definir e conter esse gênero (Muñoz, 2012; Stryker, 2017). Leva-se em conta também que transgénero é uma palavra que passou a ser amplamente usada apenas nas últimas duas décadas, e seus significados ainda estão em construção (Stryker, 2017). A definição também vai ao encontro às diretrizes da APA que considera o termo como "guarda-chuva", abrangente para transexuais, travestis e pessoas não-binárias (APA, 2022).

De forma geral, os indivíduos que se identificam como trans ocupam uma posição de marginalidade dentro do sistema social, o que acontece por conta da constante imposição daquilo que Judith Butler (2004) considera normas e regulações de gênero. Essas normas estabelecem caráter de “inteligibilidade” (Butler & Athanasiou, 2013) às pessoas cisgénero e criam a base que estrutura a sociedade a partir da ideia dicotômica da existência de apenas dois gêneros. Nesse contexto, o termo abjeto é utilizado por Butler (2011) para referir aos corpos que não se enquadram nesse marco normativo hegemônico, considerados “não importantes” e tornando-os socialmente minoritários. Desta maneira, por fazerem parte de um espectro que escapa ao enquadramento considerado normativo, é um grupo que vive, historicamente, em posição de isolamento social. Além de marginalização e patologização – só em 2018 a Organização Mundial da Saúde não classifica mais a transgeneridade como doença (Benito, 2018) –, essas pessoas também estão expostas a violência física e discursiva.

Mesmo com os avanços progressistas dentro da sociedade burocrática moderna nos últimos anos, muitos procedimentos administrativos rotineiros tornam a vida muito difícil para as pessoas que cruzam as fronteiras sociais de seus gêneros de nascimento (Stryker, 2017). As dificuldades de retificação de registro civil e uso de nome social criam brecha para a existência de discrepâncias ou omissões perceptíveis que podem resultar em problemas que influem na dignidade individual.

Apesar de ser uma parcela da população que é julgada indeterminada no sentido social, ao mesmo tempo que é excluída também questiona as normas hegemônicas, carregando assim um potencial político de transformação. Considera-se a disrupção das normas de gênero heteronormativas como um recurso crítico na luta para rearticular os próprios termos de legitimidade e inteligibilidade simbólicas (Butler & Athanasiou, 2013).

A partir de uma óptica que considera as identidades sociais como não sendo independentes, mas sim sobrepostas em sistemas relacionados de opressão ou discriminação (Crenshaw, 1989), atribui-se o caráter interseccional a esse estudo. Com efeitos marcantes nas atitudes da comunidade LGBTQIA+, o termo interseccionalidade refere-se a “tanto um argumento teórico normativo quanto uma abordagem para conduzir pesquisas empíricas que enfatizam a interação de categorias de diferença (incluindo, mas não se limitando à raça, gênero, classe e orientação sexual)” (Hancock, 2007).

A citação a seguir, feita por Judith Butler (2011) sobre a mulher trans e artista de ballroom Venus Xtravaganza, na sua análise do documentário *Paris is Burning*, exemplifica a interseccionalidade:

"If Venus wants to become a woman, and cannot overcome being a Latina, then Venus is treated by the symbolic in precisely the ways in which women of color are treated". (Butler, 2011, p.131)

A importância do conceito também é ressaltada pelos dados estatísticos. Segundo o Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos cerca de 82% das pessoas trans assassinadas no Brasil são negras (Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2020). Assim, partimos do ponto em que imaginar uma autonomia de gênero requer não apenas uma crítica às instituições dominantes, mas requer colocar a produção de identidades de gênero dentro de um “quadro mais amplo de lutas antirracistas e decoloniais”, pensando a transgeneridade não como uma posição uniforme, mas como parte de um dinâmico mapa de poder (Muñoz, 2012). É uma tentativa de criar espaços de gênero que possam negociar as tensões que existem entre diferentes aspectos sociais.

No Brasil, o tema passou a ser articulado pelas feministas negras no contexto da redemocratização pós-ditadura, com destaque para Lélia Gonzalez, que trouxe para o centro da análise de gênero a abordagem interseccional, que envolve múltiplas formas de opressão e dominação articuladas ao processo colonial, constantes e duradouras, que naturalizaram as hierarquias sociais (Oliveira, 2020). A partir daí cresceu a adoção de uma nova conduta política, orientada pela prática interseccional, sendo essa não só uma abordagem estrutural, mas também uma categoria que marca a linguagem contemporânea das mobilizações civis, as formas de nomeação e os valores que orientam as ações coletivas daquelas que fazem e comunicam a política (Perez et al., 2018). Também impulsiona a diversificação temática no interior dos coletivos que, diante da observação de que as desigualdades têm relação com diversos marcadores sociais, acabam aplicando tais discussões nas suas lutas cotidianas (Perez et al., 2018).

Além dos conceitos já apresentados, uma breve contextualização histórica é vista como necessária para o entendimento de como a população trans, no cenário Brasil, se organiza, busca autonomia e tem impacto na criação de políticas públicas direcionadas. No contexto brasileiro, o movimento transgênero surgiu impulsionado pela repressão da ditadura militar, que não só impedia o trabalho na prostituição, como também fomentava o pensamento discriminatório de que essa população deveria ser exterminada (Carvalho, 2011). Durante os anos 80 e 90 o foco das reivindicações passou para as políticas de enfrentamento à epidemia da AIDS. Dentro desse cenário foi criada em 1992 a Associação de Travestis e Liberados – ASTRAL/RJ, tendo como pauta fundamental a violência policial e a inclusão na sociedade. Assim, pode-se afirmar que o binômio violência policial/AIDS foi o catalisador da constituição do movimento. Essa organização do movimento a partir dos anos 90 acarretou a criação de redes nacionais e da ANTRA, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, em 2000. A ANTRA é até hoje o maior expoente na luta pelos direitos trans (Carvalho & Carrara, 2013).

Apesar da existência dos movimentos articulados à causa desde o século XX, as pessoas transgênero só passaram a existir nas pautas das políticas públicas a partir dos anos 2000, mas ainda inseridas no âmbito da saúde em contexto patologizador. O ano pivotal para a inclusão foi 2004, quando foi instituído o Dia Nacional da Visibilidade Trans em 29 de janeiro (LabCidade, 2021).

Em 2006, a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde permitiu que o Sistema Único de Saúde passasse a aceitar o uso do nome social (Ministério da Saúde, 2011). Em 2008, o Ministério da Saúde deu início ao reconhecimento da orientação sexual e da identidade de gênero dentro da saúde (Ministério da Saúde, 2008). Já a busca por criação de políticas no

campo civil passou a ser proeminente a partir de 2010, mas sem sucesso. Desde então só foram aprovadas leis e políticas públicas por via judicial, como será exposto nos parágrafos a seguir.

O Projeto de Lei nº 5.002/2013, mais conhecido como PL João W. Nery ou PL de Identidade de Gênero, foi proposto em 2013 pelo deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ) e pela deputada Érika Kokay (PT/DF). A Proposição dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o artigo 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 para possibilitar alteração do nome nos Registros Públicos sem a necessidade de cirurgia de redesignação sexual ou processo jurídico. Já a Ação Direta de Inconstitucionalidade, ADI 4.275 foi apresentada pela Procuradoria-Geral da República em 2018 e também prevê a alteração do artigo 58 da Lei 6.015 de 1973 (Lando & Lira, 2020). A ADI garante que todo o cidadão tenha direito de escolher a forma como deseja ser chamado, e, tal como definido pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, reconhece que pessoas trans possam alterar o nome e o gênero no registro civil sem o pré-requisito de que se submetam a cirurgia ou processo judicial⁴. O princípio do respeito à dignidade humana foi invocado para autorização da ADI que foi promulgada pelo Poder Judiciário brasileiro (Lando & Lira, 2020).

Dentro da sociedade legislada de maneira paternalista, o nome produz integridade, e garante a representação de gênero e parentesco. Ser nomeado, é, portanto, ser formado corporalmente e possuir individualidade (Butler, 2013). Assim, a noção da população trans como alvo de políticas públicas abre a possibilidade de garantir seus direitos constitucionais, incluindo a possibilidade do nome de identificação nos processos eleitorais.

Levando em conta o panorama apresentado de invisibilidade da comunidade junto à gestão política, cada vez mais a população transgênero se está a mobilizar e a entrar na política partidária com a finalidade de romper com uma cadeia de vulnerabilidades, violência e subsistência corporal. Para Butler (2011), a matriz excludente pela qual os sujeitos são formados é a força da exclusão e da abjeção, mediante a qual o sujeito define sua própria reivindicação de autonomia e de vida.

2.1. A Mobilização Política Partidária

No sentido partidário, a mobilização política trans teve início no Brasil em 1992, 4 anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988, ano em que foi eleita Kátia Tapety, a primeira travesti a ocupar um cargo político no país – e na América Latina –, como vereadora

de Colônia do Piauí (Gontijo, 2014; Dorali, 2022). A partir daí a presença política se expandiu, ampliando as agendas e consolidando o papel na construção democrática.

Mas se o desafio anteriormente era a omissão do Estado, hoje também existe uma atuação coordenada dos poderes executivo e legislativo contra os direitos da população trans. Além da transfobia vivida socialmente no país que mais mata a população trans no mundo, hoje, com o avanço das pautas conservadoras e do fundamentalismo religioso no campo político¹, existem também tentativas de inserir a transfobia como competência legal (ANTRA et al., 2021). Em recente pesquisa realizada pela Escola *Gêneros*, foram listados pelo menos 247 projetos de lei contra direitos LGBTQIA+ que estão em tramitação no Congresso Nacional, na atual legislatura, até 31 de dezembro de 2021 (ANTRA et al., 2021).

Na ampla maioria das democracias ocidentais (dentre elas, o Brasil), as instituições representativas são tomadas predominantemente pelos grupos sociais dominantes, ou seja: homens, conservadores, brancos, heterossexuais e de classe alta (Santos, 2016). Esses grupos dominam as esferas decisórias, definindo os termos do debate político (Sacchet, 2012). Segundo Santos (2016), esse comportamento é a principal causa da dificuldade de as demandas dos grupos sociais marginalizados serem contempladas por meio de políticas públicas. Essa realidade é explorada no Dossiê de Violências Contra Pessoas Trans de 2020 divulgado pela ANTRA, que aponta que 80% das pessoas trans eleitas não se sentiram seguras para o pleno exercício dos seus cargos e que ataques transfóbicos se tornaram mais frequentes após a ascensão do governo vigente (Benevides & Nogueira, 2021).

Nesse panorama de avanço das pautas conservadoras dentro do sistema político brasileiro, floresce como oposição um novo movimento político trans a partir de 2018, em que ocorreu um aumento significativo no número de candidaturas de pessoas trans para cargos em assembleias estaduais. Também houve aumento no número de pessoas trans eleitas para a cargos de vereança; número este que saltou em 275%, se compararmos os pleitos de 2016 e 2020 (ANTRA, 2018; ANTRA, 2020). Assim, levando em conta que historicamente é pequena a presença de pessoas trans ocupando cargos eletivos (Santos, 2016), observa-se agora um quadro de mudança para maior evidência dessas pessoas no contexto da representação política.

Dentre essas candidaturas mencionadas, a ANTRA (2020) mapeou no ano de 2020 um total de 294 candidaturas de pessoas que se auto identificam como pessoas trans, sendo 19

¹ Em 2018 Jair Bolsonaro foi eleito presidente da República promovendo uma agenda contra as pautas progressistas e de gênero, também foi nesse ano que o poder legislativo atingiu o número recorde de congressistas parte da bancada evangélica, sendo 91 políticos ligados ao fundamentalismo religioso. (Damé, 2018)

homens trans, 12 pessoas que se identificam dentro da pluralidade da transexualidade e 263 mulheres que se auto identificam como trans e travestis. Também foi o ano em que Erika Hilton, com 50 mil votos, foi eleita a vereadora mais votada da cidade de São Paulo, o maior e mais importante colégio eleitoral municipal do Brasil (Câmara Municipal de São Paulo, 2022).

Seguindo a tendência de 2020, o pleito eleitoral de 2022 também trouxe números recordes. Se compararmos as eleições legislativas, tanto a nível estadual quanto nacional, de 2018 e 2022, é possível identificar um aumento expressivo de 49%. Foram mapeadas 79 candidaturas de pessoas trans pelo Brasil, enquanto no pleito anterior foram 52. Entre 2014 e 2022, o aumento foi de mais de 15 vezes a representatividade na disputa eleitoral – considerando que foram registradas apenas 5 candidaturas em 2014 (ANTRA, 2022).

No âmbito dos eleitores, o crescimento também foi significativo. A partir de números divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral, foram identificadas mais de 37 mil pessoas trans que utilizaram o nome social nas eleições de 2022. Um aumento de 373,83% comparado com o número de 4 anos atrás (7 mil). Destaca-se a participação da juventude trans, entre 21 e 24 anos, como o maior contingente de pessoas trans que utilizaram o nome social, cerca de 5 mil pessoas (TSE, 2022).

O primeiro turno do pleito eleitoral de 2022 definiu a eleição em que a comunidade trans terá pela primeira vez, a partir de 2023, representantes na legislatura do Congresso Nacional. Erika Hilton (PSOL/SP), foi eleita em São Paulo com mais de 257 mil votos. Duda Salabert (PDT/MG), foi eleita com cerca de 208 mil votos em Minas Gerais. No domingo, Duda votou de colete à prova de balas, devido às ameaças que recebeu em resposta ao seu ativismo e carreira política. A nível estadual, também foram eleitas a deputada Linda Brasil (PSOL/SE), entrevistada no decorrer desse estudo, com 28 mil votos em Sergipe, e a deputada estadual Dani Balbi (PCdoB/RJ), no Rio de Janeiro, com mais de 65 mil votos. Além disso, foi eleita também, dentro de candidatura coletiva, a co-deputada que se auto identifica como intersexual, Carolina Iara (PSOL/SP), com 250 mil votos em São Paulo (ANTRA, 2022; TSE, 2022; Da Silva, 2022).

Os constituintes eleitos entram então num cenário político com grande sentimento nacional de redemocratização em que pela primeira vez o Congresso Nacional terá uma bancada LGBTQIA+ (Da Silva, 2022).

2.2. O Gênero e a Política no Campo Digital

Outra ideia essencial a esse estudo é que hoje seria impossível falar sobre a atuação política trans e das campanhas LGBTQIA+ sem menção ao campo digital. Contando hoje com uma presença online significativa, a comunidade trans encontra nas *social networks* diversas redes de apoio, a possibilidade de expressar sua voz, compartilhar informações e também manifestar desejos e insatisfações (Barr et al., 2016). Dois pilares, ambos de matrizes interdisciplinares e sociotécnicos, o político e o identitário, dão base a esse estudo no que se trata do digital.

No que tange o campo político, considera-se a participação política no âmbito do conceito de democracia digital, entendida como o uso de tecnologias digitais de comunicação com a finalidade de incrementar ou incorporar novos métodos ao processo político, no sentido de melhor atender os princípios da democracia (Almada et al., 2019). Esse conceito surge como uma área de confluência que busca no universo das comunicações digitais, aplicações, projetos e novas perspectivas para processos já tratados tradicionalmente nas suas disciplinas de origem (Gomes, 2017).

Dentro desse ângulo, também é importante para a investigação a menção da ideia de convergência de Henry Jenkins (2006), que descreve o fluxo de informação e participação entre as várias plataformas. Assim, considera-se que cada indivíduo constrói sua própria mitologia pessoal a partir de pedaços e fragmentos de informação extraídos do fluxo midiático e transforma em recursos por meio dos quais agrega significados ao cotidiano (Jenkins, 2006).

Dentro do fluxo midiático, a popularidade das redes sociais e sua possibilidade de alcance fazem delas plataformas para que os diferentes grupos, atores políticos e coletivos divulguem suas causas e realizem suas campanhas e contraponham o discurso de marginalização e falta de espaço disponibilizado pela mídia tradicional (Machado & Pérsigo, 2015).

No que tange essa investigação, leva-se em conta que, apesar de as novas tecnologias de mídia interativa permitirem uma maior participação, a cultura da convergência não pode ser entendida como funcionando separadamente dos processos sociopolíticos, culturais e econômicos nos quais está inserida. Efetivamente, teorias feministas da mídia têm vindo a apontar que as desigualdades de gênero continuam a permear a mídia convergente e seu potencial participativo (Driscoll & Gregg, 2011).

Enquanto os méritos e potencialidades da participação democrática por meio da mídia convergente são enfatizados, segundo Fischer (2016), o conceito ainda falha em considerar as dificuldades reforçadas pela exclusão digital. Essa divisão digital, junto a outras violências, como a transfobia, se tornam obstáculos à participação igualitária. Apesar da ocorrência desses

processos negativos, as mídias sociais continuam a ser maioritariamente armas poderosas para uma política de resiliência diante das agressões e da cultura opressão, pois a inteligência coletiva possibilitada pela conectividade pode ser vista como uma fonte alternativa de poder (Rentschler, 2015; Williams, 2015). Os contributos deste caráter de coletividade são descritos por Jenkins:

"The political effects of these fan communities come not simply through the production and circulation of new ideas (the critical reading of favorite texts) but also through access to new social structures (collective intelligence) and new models of cultural production (participatory culture)." (Jenkins, 2006, p.246)

Já no panorama identitário, existe atualmente um grande corpo de pesquisa que afirma que pessoas trans se beneficiam das mídias sociais para a construção da identidade, o que também impacta substancialmente a apresentação offline (Buss et al., 2021). Uma série de mudanças sociais permitiram aos indivíduos trans se conectarem com a comunidade, recursos e informações (Cannon et al., 2017). Essa perspectiva relaciona-se com a conceituação de Nuttbrock, Rosenblum e Blumenstein (2002) sobre como a capacidade de expressar a identidade de gênero por meio da aparência e a adoção do papel social da identidade representam a afirmação da identidade transgênero.

Relacionados tanto a questão identitária, quanto a política e a comunicação nas TICs, é importante também ressaltar os conceitos de performatividade e autenticidade dentro das particularidades do discurso. No que tange a performatividade, nos baseamos na abordagem sobre gênero e política presente em *Gender Trouble* de Judith Butler (1990), em que a performatividade é entendida como o poder do discurso de produzir efeitos por meio da reiteração. Ou seja, ao invés de se referir a uma causalidade histórica que viesse a determinar o gênero, a performatividade destaca a constituição do gênero como atos, gestos, representações comumente elaboradas (Graça, 2016). Segundo Butler, a recorrência firma-se como temporalidade na qual se estabelece e legitima as relações de poder, formatando a inteligibilidade e também possibilitando a sua subversão política (Butler, 1990; Pinto, 2007).

O conceito de autenticidade está mais intrinsecamente relacionado às redes sociais que permitem a criação de um efeito de autenticidade, porém fabricado e mediado. As redes sociais desempenham um duplo papel na criação de um contexto para promover ou impedir as expressões autênticas de identidade. Embora ofereçam um espaço de auto expressão, isso também significa a inserção em um sistema de realidades construídas para satisfazer necessidades sociais normativas (Haimson e Hoffman, 2016). A criação dos perfis e as interações online são feitas a partir de escolhas que representam a identidade que o usuário

deseja exibir ao resto da comunidade e são submetidas ao contexto de padrão de autenticidade e aos recursos oferecidos pela rede social em questão (Banet-Weiser, 2012). Assim, devido ao contexto atual de monopólio das redes sociais e vasta adoção das ferramentas disponibilizadas, a internet ao mesmo tempo que tornou as pessoas trans visíveis, também as deixou mais vulneráveis (Burns, 2019).

Isso se reflete também na ação política no ambiente digital, que está condicionada às características tecnológicas do funcionamento das plataformas de redes sociais. Ao participar de uma rede, o usuário tem acesso aos recursos disponíveis, como visibilidade e capital social, ao mesmo tempo que tem seu comportamento regulado pelos mecanismos de interação existentes da rede (Portugal, 2007). Nesse sentido, podemos dizer que as redes sociais de internet operam dentro de uma lógica do poder de redes, pois existe um ambiente de abundância de informações produzido por redes distribuídas (Benkler, 2006; Jenkins, 2006), junto a um processo de modulação e mediação dos algoritmos, que podem restringir ou impulsionar o fluxo de informação. Esses efeitos têm influência, direta ou indireta, em processos políticos que vão desde o ativismo às próprias campanhas eleitorais.

Ao mesmo tempo que à entrada das TIC, Tecnologias da Informação e Comunicação, criou um espaço com maior liberdade de informação e engajamento dos usuários, por outro lado, as dinâmicas algorítmicas e as formas de apropriação das redes digitais também possibilitaram o crescimento de processos de fragmentação social, desinformação, fake news e violência (Castells, 2018; Gerbaudo, 2018). Assim, considera-se que a crescente utilização das TIC nos processos de produção e consumo pode ter efeitos positivos e negativos na sociedade, bem como nos diferentes agentes envolvidos. Isso gera uma série de consequências significativas para grupos identitários e para a democracia em geral.

No Brasil, as consequências do poder que as redes sociais exercem, principalmente sobre o domínio da política, da opinião pública e das organizações coletivas, são visíveis desde as Jornadas de Junho 2013 (Lopes & Fidelis, 2015). Segundo pesquisa da Agência Senado, 45% dos eleitores afirmam ter decidido o voto nas eleições de 2018 a partir de informações vistas em alguma rede social (Agência Senado, 2019). Já no pleito de 2022, cerca de 53% dos brasileiros dizem ter mudado de comportamento nas redes sociais por motivos políticos, de acordo com pesquisa Datafolha (Galf, 2022).

Outra questão importante a ser considerada é que no Brasil o processo regulatório em relação às redes sociais é acionado mediante acontecimentos e garantido pelo Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), lei brasileira que ordena o ambiente digital e garante “II - os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios

digitais” (Decreto-Lei no 12.965, Secretaria Geral da Presidência da República, 2014). O Tribunal Superior Eleitoral também tem liberdade de agir no que tange às plataformas no período eleitoral. No entanto, a sua ação tem tido foco na desinformação, deixando de lado os outros acontecimentos que podem influenciar no processo democrático.

Metodologia

No presente capítulo pretende-se descrever os procedimentos escolhidos relativamente ao desenho metodológico da investigação.

A abordagem qualitativa foi escolhida devido ao desejo de explorar a conexão entre a vivência dos participantes e a base teórica. A escolha do mesmo justifica-se a partir do objetivo, que visa explicar as causas e consequências de um fenómeno social (Bryman, 2007). Dentro dos distintos métodos das Ciências Sociais, a investigação qualitativa se mostra a mais adequada quando se pretende analisar significados e construções subjetivas, sobretudo para analisar problemáticas menos exploradas de um determinado fenómeno (Miles & Huberman, 1994) como é o caso deste estudo.

Entre a diversidade de instrumentos de recolha de dados qualitativos disponíveis, elegeu-se a entrevista semiestruturada que, apesar de ter um guião como recurso, permite maior liberdade para abordar temas que se possam tornar pertinentes durante a entrevista. O método abre margem para que os participantes levantem questões que não foram antecipadas e cria a flexibilidade (Braun & Clarke, 2006) ideal, considerando que o tema da pesquisa está em constante produção e evolução. Este é o tipo de entrevista mais comum na investigação qualitativa. As questões propostas nas entrevistas foram preparadas com base na revisão bibliográfica, focando os temas principais que se pretende estudar.

Além disso, o processo de usar diretamente dados experienciais da população em estudo está de acordo com a Teoria Queer (Butler & Byrne, 2008) porque se tenta centralizar as experiências das pessoas trans ao longo do estudo. Assim, os resultados das entrevistas são válidos por si mesmos, pois têm significado para os entrevistados.

As entrevistas foram realizadas com o total de seis adultos brasileiros auto-identificados como pessoas transgénero, sendo três mulheres trans e três homens trans, com idades entre 25 e 49 anos, residentes em diferentes partes do Brasil e com diversas realidades socioeconômicas. A amostra teve como requisito que todos estivessem inseridos em diferentes níveis de participação política, tendo também como fatores de inclusão a presença nas redes sociais e a vivência no contexto brasileiro.

Os entrevistados foram contactados e convidados a participar via redes sociais e e-mail. A escolha dos convidados envolvidos na política partidária ocorreu a partir da base de dados disponibilizada pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e pela Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) e também a partir da observação da presença nas redes sociais. Já os

convidados eleitores foram escolhidos exclusivamente pelas redes sociais. Junto ao convite foi compartilhado, com cada possível participante, um documento com o escopo do trabalho e os objetivos do mesmo e um Termo de Consentimento (Ver Anexo A), a fim de garantir os direitos e privacidade dos entrevistados. Como parte dos entrevistados são pessoas públicas, escolheu-se, com autorização via Termo de Consentimento, divulgar a identidade de todos os participantes.

A partir do contato foi definido como, de fato, as entrevistas iriam ocorrer, via qual plataforma, dado que seriam realizadas exclusivamente online por conta de questões geográficas. A maioria realizou-se via Google Meet, com apenas duas realizadas via WhatsApp. As entrevistas semiestruturadas, de cerca de 40 minutos cada, foram gravadas mediante autorização dos presentes e incluíram perguntas sobre identidade de gênero, o caminho de desenvolvimento dos participantes e relacionamentos com outras pessoas em relação ao gênero.

Uma análise temática foi usada para codificar e interpretar as entrevistas, seguindo as recomendações de Braun e Clarke (2006). O objetivo do método é “procurar descrever padrões em dados qualitativos” (Braun & Clarke, 2006). Como este tipo de análise é orientada por dados e não é teoricamente limitada, está fortemente ligada às respostas dos participantes e é usada para fazer refletir os padrões de resposta na análise.

A transcrição das entrevistas ocorreu primariamente através do software Transkriptor, tendo-se em seguida verificado detalhadamente o conteúdo e o contrastado com os áudios originais a fim de evitar erros de transcrição ou interpretações errôneas do diálogo. Seções da transcrição pertinentes à pesquisa foram então extraídas e compiladas em um único documento, que serviu como base para a análise temática conduzida via Taguette, uma ferramenta gratuita de marcação de texto para análise de dados qualitativos.

Isso resultou em 41 códigos que foram transformados em uma representação gráfica (Ver Anexo B), criada para procurar agrupamentos e padrões nos dados e possibilitar a delimitação dos oito temas encontrados. A partir daí foram selecionadas citações ilustrativas correspondentes a cada tema.

Levando em consideração o tamanho da amostra, esta análise não visa fazer afirmações generalizadas sobre a prevalência dos fenômenos entre a população trans. Em vez disso, a intenção é fornecer exemplos narrativos desses fenômenos à medida que eles surgiram espontaneamente nas entrevistas. Nosso objetivo é revelar a existência desses fenômenos e não a frequência. Transversalmente ao estudo, realizou-se uma extensa revisão bibliográfica, pois para além de contribuir para uma melhor compreensão do fenômeno social,

forneceu uma base de conhecimento para a realização das entrevistas de uma maneira não superficial (Creswell, 2007).

3.1. Considerações Éticas

A pesquisa com participantes que se auto identificam como pessoas trans exige nuances éticas, devido ao status marginalizado das comunidades trans em todo o mundo. A partir das noções de bom senso e da bibliografia selecionada, os três seguintes pontos foram elencados como mais importantes para a base ética:

3.1.1. Transparência

A pesquisa busca aprender com as experiências vividas de seus participantes, sem estabelecer relações de poder (Vincent, 2018). Também se procurou sempre manter a transparência dos objetivos e motivos da pesquisa, atendendo aos pedidos de informação de participantes, podendo estes últimos provir de diferentes contextos (Vincent, 2018). Outro ponto importante levado em conta foi o reconhecimento da importância da autodeterminação do gênero, pois a diversidade sexual e de gênero cabe ao entendimento de cada um sobre si mesmo por meio da sua própria experiência na sua relação com os outros (Henrickson et al., 2020).

3.1.2. Atenção a Linguagem

O cuidado com auto-referência, categorias, pronomes e todos os outros vocabulários e terminologias foi considerado um dos pontos mais importantes do processo de pesquisa, acompanhado sempre de estudo para conhecer os termos, mas sem nos apropriarmos dos mesmos. Também se procurou usar a linguagem de maneira a que as pessoas se consigam identificar, em vez de exigir que elas se encaixem em categorias pré-existentes (Vincent, 2018).

3.1.3. Reconhecer a interseccionalidade

O reconhecimento de que as experiências sofridas por pessoas trans devem ser analisadas de forma contextualizada, a fim de dar a devida atenção à misoginia, estratificação de classe, racismo e outros eixos de opressão, é essencial para a produção da análise que reconheça adequadamente a complexidade e a heterogeneidade (Vincent, 2018). A prática interseccional foi importante também para refletir sobre como construir métodos de produção de dados para maximizar a acessibilidade dos participantes (Henrickson et al., 2020).

3.2. Participantes

Segue uma breve apresentação dos entrevistados para contextualizar os resultados apresentados no próximo capítulo.

São dois eleitores que se auto-identificam como homens trans: Dae Carvalho de 27 anos, Analista de Experiência do Cliente e morador da região do Grajaú, São Paulo, e Fernando Lima de 27 anos, Fotógrafo e residente de Natal, Rio Grande do Norte.

A nível de candidaturas foram três entrevistas: Com Sued Carvalho, de 27 anos, mulher trans, professora, historiadora e vice-presidenta estadual do partido Unidade Popular, moradora de Juazeiro do Norte, que disputava uma vaga a deputada federal pelo Ceará. Também foi entrevistada a então candidata a deputada federal e hoje eleita Linda Brasil, de 49 anos, que se auto-identifica como travesti e é também educadora, tendo já cumprido um mandato como vereadora na sua cidade, Aracaju, Sergipe. O último candidato entrevistado foi Julian Tacãna, de 25 anos, homem trans que, além de disputar a vaga para deputado estadual, é militante da luta por moradia e trabalha em uma bomba de gásóleo na sua cidade, Cuiabá, Mato Grosso.

Foi entrevistada também a vereadora Filipa Brunelli de 28 anos, graduanda em Sociologia e primeira mulher trans a ocupar uma vaga no Legislativo Municipal da sua cidade, Araraquara, São Paulo.

Análise de Resultados

A partir das respostas dos participantes foram identificados 41 códigos iniciais que resultaram em 8 temas: (1) A Importância da Interseccionalidade; (2) Violências Catalisadoras de Participação Política; (3) Necessidade de Transformação Política; (4) Os reflexos na Comunicação Digital: Nova Política e Nova Comunicação; (5) Organização Coletiva; (6) Instagram Como Plataforma de Escolha; (7) Violência de Gênero nas Redes; (8) A Construção da Identidade no Ambiente Digital.

Dado o caráter semi-estruturado das entrevistas, os assuntos surgiram de diferentes maneiras entre os participantes.

4. 1. A Importância da Interseccionalidade

Todos os entrevistados, independentemente do nível de participação política, assumem-se dentro de linhas interseccionais. Para eles as desigualdades econômicas e sociais não são apenas uma consequência da posição de uma pessoa na estrutura produtiva, levando-os a descrever, cada um dentro da sua realidade, a interferência dos aspectos sociais que se entrelaçam com o gênero.

A então candidata Sued Carvalho pontuou a importância da interseccionalidade entre gênero e classe como a essência da sua candidatura:

"Então eu não vejo como falar de forma realista e honesta sobre a questão das mulheres trans sem a questão de classe. Certo. Não existe o abstrato descolado da realidade. Não basta ter um LGBT, não basta ter uma LGBT. Esse LGBT e essa LGBT não se esgota em sua identidade na sua orientação. Então é nessa associação e nessa indivisibilidade entre a pauta das mulheres trans das pessoas LGBT e a dos trabalhadores em geral eu acho que nossa candidatura tem contribuído com esse debate".

Em seguida, a participante Sued utilizou o tratamento hormonal para exemplificar a necessidade da intersecção como ferramenta analítica na elaboração de políticas públicas efetivas:

"Eu sou uma mulher transsocialista. E evidentemente a desigualdade por exemplo no acesso ao tratamento hormonal no Brasil. Aqui o SUS não oferece, né? Então mulheres trans

de classe média alta ricas têm muita facilidade em fazer esse processo. Mulheres trans trabalhadoras não. Então não tem como falar disso sem falar dessa questão de classe."

A participante Linda Brasil, então candidata, eleita no pleito eleitoral de 2022, considera que sua entrada na política partidária se deve ao entendimento do caráter interseccional:

"Eu comecei a fazer parte de um coletivo auto-organizado de alunos lá pra discutir teoria queer, transfeminismo. Acabei me envolvendo no movimento estudantil e também no movimento feminista."

Segundo Linda, a necessidade de questionar a falta de diversidade dentro do movimento feminista impulsionou sua participação política.

"A minha visibilidade, a minha participação e a receptividade das pessoas foi sobre trazer a interseccionalidade, né? Principalmente a questão do transfeminismo dentro do movimento feminista. Eu fui a primeira mulher trans a entrar em um coletivo auto-organizado até então de mulheres cis, e que nesse momento as mulheres negras já faziam também a denúncia do próprio movimento que era muito branco, não trazia a pauta das mulheres negras como deveria, ou tangenciava, O movimento incluía os gays, bancos e de classe média, agora as travesti, as bichas pretas da periferia não tinha. A gente começou a questionar e é dentro desse caráter questionador que eu acabei construindo a minha formação, assim fui formando a minha atuação política. De questionar as estruturas, as instituições."

Ela também citou a simbologia que o assassinato de Marielle Franco, então vereadora do Rio de Janeiro, teve para as candidaturas interseccionais.

"E aconteceu algo que eu achei muito interessante e foi o que motivou, o assassinato de Marielle Franco. Né? Que gerou essa onda de corpos, negras, travestis, trans a se mobilizarem politicamente"

A interseccionalidade também se mostrou importante no âmbito dos participantes eleitores, como é possível identificar pela fala de Fernando Lima:

"Eu acho que só você trazer assim uma candidatura trans, feminista e de classe, de gênero e de raça também. Com certeza leva o meu voto."

4. 2. Violências Catalisadoras de Participação Política

A reivindicação da população trans por mais visibilidade e representatividade é a tônica das articulações políticas que mobilizam a população trans. De acordo com os entrevistados, a necessidade de defesa de um

maior protagonismo para o grupo emerge a partir de um complexo cenário de sub-representação e violência.

Assim, segundo os participantes, as constantes violências sofridas e a falta de criação de medidas direcionadas à população trans catalisam a entrada na política. Para os participantes, a adesão à política partidária se torna a única possibilidade para garantia de direitos.

No caso de Linda, o momento em que decidiu filiar-se ao PSOL foi na ocorrência de um acontecimento específico, no qual um processo administrativo foi necessário para que os professores da sua Universidade lhe chamassem pelo nome social que já adotava há mais de 20 anos:

"O que me despertou a importância de me organizar coletivamente, num partido político, foi quando eu ingressei na Universidade Federal de Sergipe eu fui a primeira mulher trans a ter o meu nome e minha identidade de gênero respeitada pela instituição a partir de um processo administrativo."

Já a participante Sued, considera que os índices de violência contra as mulheres trans fazem parte da base da sua decisão de se filiar num partido socialista revolucionário, o Unidade Popular, do qual é hoje vice-presidenta:

"Trinta e três por cento da população do meu estado está abastecendo a pobreza. E é o estado que mais mata mulheres trans. Nesse estado é difícil não ser radical."

Sued associa o fato da possibilidade de concorrer à emancipação:

"Que estão vendo agora nossa candidatura está mostrando pras pessoas que mulheres trans têm mais substância do que falar sobre apenas si mesmas, não que não seja importante, porque nós somos um grupo muito violentado, mas nós também podemos pautar os termos da nossa própria libertação e da superação dessa opressão."

O candidato Julian Tacãna também pontuou os índices de violência contra pessoas trans e a transfobia que passou desde o início do seu processo de transição como a possibilidade de assegurar seus direitos:

"Na luta partidária eu começo em 2016, quando eu me filiei ao PSOL e acredito que a disputa eleitoral é central para garantia de direitos, né? Nesse meio tempo eu nunca tinha tido esse olhar que eu poderia ser um quadro político, poderia estar construindo e me alçando nas eleições. Mas no último período que a gente tem vivido, os retrocessos para a juventude, para população periférica, e eu também me entendo trans em 2020 e começo a compreender e passar toda a violência que a gente passa dessa sociedade transfóbica né? Eu vivo num dos estados que mais se mata na LGBT e principalmente pessoas trans. Eu vivo num estado onde mais se aprova leis constitucionais que violam direitos de pessoas trans e a liberdade do estado

laico. E eu demorei um tempo pra aceitar esse convite que veio do meu movimento mas depois a gente debater e ver o ponto que era importante essa construção e eu também entender que nesse último momento eu passei tantas violências, tantas transfobias e eu falei esse vai ser o local aonde que eu vou conseguir ecoar não só a minha voz, mas a voz de todos aqueles e aquelas que não são escutados, que passam violência, que tem seus direitos básicos, de nome negado, de ir ao banheiro, de ter trabalho, de ter casa, de ter mínima dignidade."

Para a vereadora Filipa Brunelli, a política é consequência da sua identidade de gênero:

"Eu estou como vereadora, mas eu sou uma travesti vereadora e não uma vereadora travesti. Antes da instituição vem o que eu acredito, vem o meu legado, vem a minha ancestralidade travesti."

4. 3. Necessidade de Transformação Política

Para os entrevistados, uma transformação política a nível de renovação não representa apenas a entrada dos corpos políticos para a defesa dos direitos, mas também uma mudança geral na composição dos Parlamentos ocupados há décadas pelas mesmas figuras opressoras. A existência dos movimentos de renovação tem como base estrutural essa oposição retórica entre a “velha política” e a “renovação de atores e práticas”. Nesse sentido, Scherer-Warren (2006) afirma que a mobilização dos grupos da sociedade civil pressupõe a identificação coletiva de novos valores e projetos, bem como a consolidação dessa identidade em oposição a outras já consolidadas.

A necessidade dessa troca foi descrita por Linda Brasil também como um dos motivos para sua filiação ao PSOL:

"Eu acabei me filiando porque eu acabei vendo que usava o período da campanha não só eleitoral, pra se eleger, mas sim pra levar uma nova perspectiva da política, pra denunciar esse sistema político que sempre foi dominado por homens, brancos, cis, hétero, os coronéis que são os colonizadores aqui, né? Do Brasil, né? Que são os exploradores e opressores, que sempre são os mesmos, né?"

A deputada também associa o novo jeito de fazer política com a credibilidade passada ao eleitorado:

"E essa coragem tem a ver também com esse novo fazer política. Que é alegre, fazendo com que as pessoas reacreditassem na política. O que eu percebia quando conversava com algumas pessoas, "Ah, eu não quero saber, que todo mundo é igual e que nem um político

presta". Aí eu dizia, todo mundo é igual. Quando foi que você já viu uma travesti ocupando a cadeira na Câmara Municipal?"

Para a participante, Filipa, sua presença na política representa a consolidação da alternância de poder:

"A gente vem nessa plataforma de transformação política de fato. Não adianta fazer e falar de alternância de poder, se o poder continua o mesmo. Então nós precisamos de fato fazer uma alternância de poder, mas também ter uma transformação desse poder, né? Mostrar pra população que nossa mandata pensaria de forma diferente, isso trouxe muitos avanços, a gente sabe disso, né? O grande avanço nosso foi uma Corpa travesti ocupando esse espaço que nunca tinha sido ocupado por uma de nós."

4. 4. Os Reflexos na Comunicação Digital: Nova Política e Nova Comunicação

Os entrevistados com participação política a nível partidário pontuam que os temas já referidos configuram a estratégia de comunicação digital. As interseccionalidades estruturais e políticas ao olhar para a comunicação podem ter como foco a “interseccionalidade representacional” (Crenshaw, 1991). Como espaços de interação, as redes sociais estão dominadas pelas mesmas estruturas simbólicas e materiais que subjagam indivíduos marginalizados e perpetuam de forma violenta suas impossibilidades sociais. A fim de, junto à política, romper com essas estruturas discriminatórias, as campanhas e outras práticas de comunicação também são construídas sobre eixos que estão diretamente relacionados com a identidade e a razão de ser dessa candidatura ou mandato.

A candidata Sued explica como a interseccionalidade se reflete na sua estratégia de comunicação:

"A campanha tem a seguinte questão, as palavras-chave são a mulher transsocialista do Cariri. Então os pólos são esses para associar as questões LGBT com a luta dos trabalhadores em geral, percebendo as pessoas LGBT dentro da classe trabalhadora junto a uma questão regional também do Ceará. Exemplo, você pode observar quando você vai lá na nossa página, a gente fala "mulheres trans trabalhadoras", "mulheres trans da classe trabalhadora", "a classe trabalhadora". A gente está sempre fazendo essa associação. A nossa plataforma é essa, então nós nos precavemos em relação a isso, né? Nós trabalhamos com esse tripé. O regionalismo, questão do Ceará, estado que mais mata mulheres e tem milhões de pessoas,

trinta e três por cento de sua população, na extrema pobreza e a questão da classe trabalhadora. É um tripé que monta essa mensagem."

Para o participante, Julian, a interseccionalidade também gera uma maneira de comunicar a política que é mais relacionável para a população em geral:

"Eu acho que o os candidatos da ordem branco cisgêneros, ele tem aquela mesma forminha de coisa e tal e também o processo das pessoas não se identificarem com a política, faz a gente não querer ficar olhando 'mais uma vez um candidato pedindo o meu voto', mas se você tem um candidato que começa a apresentar quem ele é primeiro? Eu acho que apresentar é da onde que ele vem. Depois apresentar quais são as ideias que ele tem, o programa que ele tem mas de uma forma que seja palpável pras pessoas, que seja entendível. A política tradicional também ela tem signos que é muito distante da nossa realidade em geral, é pra gente não entender como que ela funciona pra gente não se enxergar também"

Considerando os exemplos dos últimos pleitos eleitorais, Filipa Brunelli associa o discurso das campanhas progressistas nas redes à oportunidade de eleição:

"Nós estamos vendo algumas candidaturas mais progressistas, né? Criaturas de travestis, de mulheres, muito bem feitas, e eu acho que a pandemia, principalmente a eleição que ocorreu na pandemia, deixou isso muito visível. Quem estava bem nas redes sociais foi quem foi eleita."

O eleitor Dae considera que a comunicação causa mais impacto quando é associada a diferentes causas:

"Eu acho que, nas redes sociais, quando tem um vínculo partidário me afeta mais, assim é quando já tem uma identificação com com outras causas, ideologias e com outros partidos."

4. 5. Organização Coletiva

Outro ponto destacado pelos participantes foi o caráter coletivo das campanhas. Devido a fatores como a escassez de verbas e identificação dos voluntários com a campanha, a prática é adotada por candidaturas tanto a nível de recursos humanos quanto a nível de recursos financeiros. A candidata Sued compartilhou sua experiência:

"A nossa campanha, ela tem todo esse potencial, porém é uma campanha feita com pouco recurso é uma campanha feita realmente pela militância que acredita. Então pra gente conseguir dar suporte às redes sociais a gente tem um militante que tem que se desdobrar e a gente tá tentando conseguir colocar conteúdo a todo momento, mas em contrapartida tem esse

processo no período eleitoral que demanda muito esforço, né? É tudo totalmente voluntário, todo mundo é voluntário. Gente que está nessa pois acredita nas propostas."

A coletividade durante a mandata² se manifesta por via do diálogo para construção de estratégias tanto de criação de políticas quanto de comunicação. A deputada, Linda Brasil, descreve a vivência que teve enquanto vereadora de Aracaju:

"As redes sociais, na verdade a nossa mandata se chama Mandata Popular Linda Brasil, pois tem essa questão coletiva. Porque a gente tem perspectiva da diversidade da participação, né? A gente sempre faz enquetes e toda a nossa atuação vem a partir das provocações das pessoas. Nas redes sociais a gente acaba pensando a forma de agir através de indicação, de projetos, de emendas."

4. 6. Instagram Como Plataforma de Escolha

Foi unânime a resposta dos participantes sobre a plataforma de escolha para comunicação digital, tanto a nível de produtores de conteúdo quanto de consumidores. O Instagram foi eleita a aplicação favorita por criar uma relação mais próxima com a audiência e possibilitar diferentes recursos, principalmente visuais, que abrangem diferentes necessidades de informação, compartilhamento de eventos e interação.

O eleitor Dae disse que usa o Instagram com mais frequência e utiliza o Twitter como plataforma para discussões. No Instagram, o entrevistado desenvolve um projeto de coleta e compartilhamento de dados de profissionais da saúde que atendam a população trans de maneira humanizada:

"Eu uso Instagram bastante e Twitter só. Mas o Instagram bem mais que Twitter, bem mais. Eu acho que o Instagram é uma plataforma mais de divulgação mais adequada para divulgação de eventos de protestos, de movimentações e o Twitter é um lugar mais para discussões sobre essas coisas. Então eu acho que pra divulgação, o Instagram acaba sendo mais efetivo."

O eleitor Fernando compartilha a visão de Dae sobre as redes sociais e adiciona que o fato de o Instagram criar uma espécie de comunidade fechada conduz a uma experiência mais confortável:

"Além da liberdade onde eu sou mais ouvido, tenho mais visibilidade – é o Instagram. O Twitter eu já passei pelo Twitter aberto, depois eu fechei, aí depois eu tenho lá só pra

² Mandata é como as legislaturas LGBTQIA+ referem-se muitas vezes ao mandato.

acompanhar mesmo. Às vezes quando você dá tanto sua opinião você se cansa também. E lá é muito assim. É pancadaria quase. No Instagram você fica um pouco mais na sua bolha, o Instagram eu acho bem mais confortável."

A vereadora Filipa trouxe a questão da recente possibilidade de sincronizar o conteúdo produzido de maneira automática entre as duas redes sociais:

"Instagram e Facebook. Principalmente porque depois que essa transformação da Meta, né? Que interligou os dois, você tem aquela sincronização."

A mesma questão foi mencionada pelo candidato Julian, que pontuou novamente a questão da campanha colaborativa:

"Então a gente tem usado o Instagram, que tem sido o principal espaço e o Facebook assim pra poder replicar do Instagram. O Twitter, a gente tenta acompanhar, mas ainda porque a nossa campanha, ela tem todo esse potencial, porém é uma campanha feita com pouco recurso. É uma campanha feita realmente pela militância que acredita."

Já para Sued Carvalho, a aproximação com o eleitorado é maior no Instagram do que em outras redes sociais:

"Instagram, eu sinto que eu estou falando com o meu meu eleitorado."

A deputada Linda Brasil afirmou que o Instagram foi decisivo na sua campanha de 2020:

"As redes sociais foram fundamentais na campanha de 2020, a gente se conteve meio que somente no início e a gente investiu muito né, nas redes sociais, no Instagram principalmente e foi decisivo, né?"

4. 7. Violência de Gênero nas Redes

De acordo com os participantes, a transfobia é recorrente nas redes sociais. Por parte das plataformas, existe muito pouca transparência e muito pouca responsabilidade em relação às denúncias.

Embora sofra mais transfobia no Facebook, a vereadora Filipa Brunelli cita também o Twitter como palco de violência:

"O que eu mais tenho sofrido desde que eu me elegi foi essa maldição, essa gente maldita. O Facebook é agressão todo dia, se você olhar as manchetes dos jornais da cidade quando publicaram algo sobre mim, você vai nos comentários, é pura violência. Facebook liderando assim, nossa, o Facebook parece um esgoto. Eu não mexo muito no Twitter né? Estou aprendendo a usar essa rede social. E aí, esses tempo atrás eu fui ver e eu aprendi a fazer

pesquisa no Twitter. E aí, eu vi em vários corres³ assim que eu não tinha visto várias violências políticas de gênero mesmo, né? Transfobia ferrada é uma coisa que está aglutinada também, que não é somente a transfobia, é a gordofobia, é muito forte escrachada. Assim então a gordofobia, transfobia elas estão sempre juntas numa forma de me inferiorizar."

Em seguida, a vereadora adiciona uma denúncia contra o Facebook por interferir negativamente até mesmo no processo judicial de investigação contra a violência:

"No Facebook, a gente tem um problema muito sério porque eu abri alguns processos que eu aprendi desde que eu assumi o mandato. Eu já abri trinta e seis processos, de violência política. Eu venho sofrendo incluindo as ameaças de morte. A polícia civil e junto com o Ministério Público pediu a quebra de sigilo do Facebook dessas contas que me ameaçaram. O Facebook negou. Eu tive que recorrer à Polícia Federal para a Polícia Federal tentar interceder no Facebook. E mesmo assim o Facebook vetou. Então eu tive que recorrer à Suprema Corte para tentar quebrar esse sigilo que eles colocam nos meus agressores."

A Deputada Linda menciona o cuidado na hora de lidar com as denúncias, pois os ataques podem ser usados pelo agressor para manipular o discurso:

"Desde quando eu fui eleita vem recebendo várias ameaças e mais ataques na verdade. Mas eu pensei, aí toda a gente também teve o cuidado para não fazer o mesmo que a esquerda no geral fez em dois mil e dezoito, tá? De dar visibilidade a essas pessoas que instrumentalizam nossas pautas só pra querer ter visibilidade."

O eleitor Fernando afirma que sofre mais violência no Twitter do que em outras redes sociais. Segundo ele:

"Eu acredito que no twitter eu sofra mais micro abusos, tipo não respeitando o meu gênero, pronome e tal."

A candidata Sued recebe mais comentários transfóbicos no TikTok e associa isso à questão do teor de oposição ao governo de Bolsonaro:

"Mas é isso, eu acho que talvez por a gente criticar muito o governo Bolsonaro, a palavra-chave Bolsonaro, bolsonarista. Aí termina, né, que o pessoal conservador fica vindo para o meu TikTok."

³ Gíria utilizada no Brasil para descrever situações que demandam grande esforço.

4. 8. A Construção da Identidade no Ambiente Digital

Outra questão mencionada unanimemente pelos participantes é a questão dos contributos das redes sociais na construção identitária. A internet, mais especificamente as mídias sociais, são uma potencial saída onde as pessoas podem buscar apoio social.

O eleitor Dae afirma que tem mais contato com a comunidade trans online do que offline:

"Sim, sim, com certeza. Eu tenho muita convivência com pessoas trans nas redes e pouca fora das redes. Então acho que todo movimento que acontece em relação à militância LGBT é mais impulsionado pelas redes sociais."

Ele acrescenta o papel crucial que as redes tiveram no seu processo de transição:

"Totalmente. Acho que as redes sociais influenciaram bastante na sensação de pertencimento, no início da minha transição. Então eu já entendia que eu era diferente ali das pessoas cis, mas eu ainda não entendia por que e como. As redes sociais foram a principal fonte de pesquisa de entendimento e de conexão com outras pessoas. Então se eu fosse mensurar, acho que sessenta, setenta por cento da minha transição teria sido impulsionada pelas redes sociais."

O eleitor Fernando afirma que, dentro da comunicação política, a questão identitária na vida cotidiana do candidato ou candidata é o que mais prende seu foco:

"O que me chama mais atenção é essa pessoa, é o posicionamento dela no dia a dia. Até o próprio desabafo dela de não aguentar mais."

A Deputada Federal Linda Brasil exemplifica como as plataformas sociais têm um papel importante na criação de comunidade e redes de apoio:

"Porque socialmente eu já vivia há quase vinte anos com o meu nome social, já havia o reconhecimento da minha família, tal, e isso foi tão revoltante que eu fiz uma denuncia nas redes sociais e acabei recebendo uma rede de solidariedade."

O candidato Julian acrescenta à discussão a questão geográfica e a importância das plataformas para os jovens do interior que estão longe dos centros urbanos:

"Mas a questão das redes sociais ela é fundamental por conta que às vezes tem aquelas pessoas que são LGBT e estão no interior do estado aqui do Mato Grosso e aí elas conseguem fazer essa atuação mais pelas redes sociais e mobilizar pessoas. Então eu acho que esse espaço da rede social desde quando começa lá atrás com as outras redes sociais que já foram até ultrapassadas e superadas, foi fundamental para nossa organização enquanto o processo do encontro da representatividade."

Discussão

Como já identificado em pesquisas anteriores, a interseccionalidade ocupa uma posição importante em todos os aspectos da vida social e política das pessoas trans. O conceito já referido anteriormente é empregado para designar a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe (Crenshaw, 1989; Hirata, 2014). A definição foi referida por todos entrevistados que reiteraram a importância do caráter interseccional nas suas vidas tanto a nível privado quanto público, e na sua tomada de decisões.

Diferente da maioria das pesquisas focadas na população trans, em que o cerne é a interseccionalidade entre questões raciais e de gênero, os entrevistados ressaltaram com mais frequência questões de classe em relação a transgeneridade como característica interseccional importante. Para Helena Hirata (2018), isso se define pelo capitalismo que domina e explora minorias. Outras pesquisas também já encontraram evidências sobre a associação entre gênero, empregabilidade e qualidade de vida, o que justifica a relevância dada pelos participantes à questão de classe, visto que a mesma comumente é definida pelo espaço que a pessoa ocupa no mercado de trabalho (Miller, 2022).

Ainda dentro da questão de classe, foi destacada também a necessidade da matriz interseccional não só no campo da pesquisa como também na prática para a criação de políticas públicas. Um exemplo mencionado foi sobre a relação entre a transgeneridade e a classe no que tange o SUS, Sistema Único de Saúde. Nesse sentido, agrega-se também o conceito de Foucault de biopolítica, que possui em seu âmago a administração dos corpos através da elaboração de políticas públicas e constituição de instituições que forneçam ou não o acesso a espaços e direitos (Oliveira et al., 2019). Para o filósofo, ter um corpo e condições de existência são forças que fazem o biológico se refletir no político (Foucault, 1999).

Também veio à tona durante as entrevistas a simbologia de Marielle Franco, como figura importante do campo interseccional e que impulsionou candidaturas dentro deste escopo. Marielle, mulher negra, periférica e LGBTQIA+, atingida por todos os tipos de opressão praticados pelo sistema sexista, racista e classista. A vereadora foi assassinada por se opor aos grupos de poder dominantes do Rio de Janeiro e por ser tornado visível por aqueles que não querem que os oprimidos conquistem visibilidade pública de maneira positiva (Teixeira, 2019).

Além disso, foi identificado, com base nas respostas dos participantes, outro ponto importante em relação à interseccionalidade, nomeadamente a justificação da sua existência

enquanto conduta ética no interior das vertentes feministas. Isso principalmente no que tange a expansão do movimento transfeminista, que, segundo o Manifesto Transfeminista de Emi Koyama (2001), emancipa o feminismo através da libertação, incluindo a todos. Levando em consideração a presença dos entrevistados em movimentos feministas, a demanda foi mencionada como um dos catalisadores para a entrada na luta coletiva. Essa afirmação se relaciona diretamente a outro ponto mencionado pelos participantes, que relataram que a participação em movimentos sociais, tanto os relacionados com o gênero quanto os trabalhistas, sindicais e estudantis, foram importantes formadores e que também motivaram a disputa política institucional.

De acordo com os entrevistados, apesar de relacionada, a adesão aos movimentos não é a principal fomentadora da participação política institucional. Segundo os participantes, a violência, a falta de reconhecimento e políticas públicas deixam a população em desvantagem do ponto de vista político e de efetivação de direitos. Esta situação tem implicações na entrada na esfera partidária para garantir a tutela do Estado e a criação de políticas públicas que reconheçam e promovam a sua participação na sociedade sejam criadas (Vilela, 2017). Acontecimentos exemplificados pelos entrevistados representam a existência dessa “cidadania precária” (Bento, 2014) e dão base aos argumentos referidos.

Também tem influência o contexto legislativo, quase em sua totalidade feito por homens, ricos, brancos e heterossexuais que não representam a pluralidade e a diversidade do povo brasileiro e não defendem seus interesses (Medeiros et al., 2022; Feitosa, 2018), contexto esse que agencia exclusões em relação às demandas de pessoas trans. A proliferação do discurso de ódio e ações prejudiciais por parte de políticos conservadores é uma das barreiras, em âmbito legislativo, que corrobora com o não-reconhecimento às pessoas trans (Machado, 2017). Assim, ao passo que esses atores, junto ao conservadorismo e ao fundamentalismo religioso que permeia as instituições brasileiras, continuam detentores majoritários do poder, pautas como a ideologia de gênero impedem o diálogo sobre sexualidade nas escolas, barrando projetos de lei que preveem não só a identidade de gênero e a dignidade, mas também a educação sexual e direitos reprodutivos (Reis & Eggert, 2017). O cenário referido assinala um processo que Bento (2014) chama de “evasão” das pessoas trans dos ambientes institucionais hostis a essa população. Esse ambiente representa para os participantes, em unanimidade, a urgência na renovação do corpo político, visto que questões, que até então eram objeto de negligência, passaram a ser dificultadas por outros representantes eleitos (Santos, 2016).

Uma lacuna nos estudos de gênero no Brasil é uma análise mais aprofundada e sistemática do orçamento público, tanto no que tange ao processo eleitoral quanto à verba destinada às

emendas parlamentares para desfinanciar políticas LGBTQIA+ e financiar organizações conservadoras. As limitações ao acesso a recursos econômicos e as barreiras que restringem as possibilidades de apoio financeiro na arena política são definidas por Krook & Restrepo Sanín (2016) como violência política de gênero. Dados do portal VoteLGBT (2022) no último relatório sobre a potência política LGBTQIA+ brasileira mostram que os partidos investiram 6% do teto de gastos nestas candidaturas em 2020. Deve-se considerar ainda a grande diferença de recursos do Fundo Eleitoral destinados aos partidos. Enquanto o PSOL – partido com o maior número de candidaturas únicas trans – conta com R\$100 milhões, a legenda de direita União Brasil, sem nenhuma candidatura LGBT, recebeu R\$ 776,5 milhões, 15% do total disponibilizado aos partidos. Já o Unidade Popular, recebeu R\$3,1 milhões (TSE, 2022).

Essa conjuntura foi também descrita pelos entrevistados na exemplificação do caráter colaborativo da construção das campanhas nas redes sociais. Os entrevistados afirmaram executar as campanhas a nível digital com o apoio de voluntários e processos de *crowdfunding*. No geral, as campanhas colaborativas são feitas por pessoas, individuais ou coletivas, que passam a participar do processo político motivadas pela falência política e pelas novas formas de atuar politicamente na sociedade em rede (Baggio & Consentino, 2017). Considera-se também que em uma campanha com verba limitada, um dos grandes diferenciais é a comunicação e que, para as minorias no campo político, as possibilidades de criar candidaturas cuja verba investida não é o maior capital, mas sim a adesão das pessoas (Baggio & Consentino, 2017), é particularmente importante.

Esse caráter colaborativo possui a dicotomia de que, ao mesmo tempo que representa maior autonomia social para a população trans, também pode ser considerada um tipo de violência. Krook & Restrepo Sanín (2016) encaixam as limitações ao acesso a recursos econômicos na categoria de violência econômica dentro da violência política de gênero, pois impõe barreiras que restringem as possibilidades de apoio financeiro na arena política a um grupo em contraposição a outro. Apesar de as autoras agregarem essa tese especificamente às mulheres na política, é possível utilizar a mesma ótica também para as pessoas trans que são adicionalmente marginalizadas e violentadas na esfera partidária.

A violência política estende-se no interior do ambiente digital de diversas maneiras. Como referido na revisão da literatura, no conceito de convergência de Jenkins (2006), o contexto social se estende ao espaço midiático. Como as redes sociais passaram a dominar os cenários sociopolíticos, novas e velhas práticas transfóbicas ocorrem cada vez mais nessas plataformas. Assim, a transfobia, junto a outras possibilidades discriminatórias, transformam as plataformas também em um ambiente hostil. Todos os participantes envolvidos na política partidária

afirmaram receber comentários transfóbicos diariamente, principalmente quando os *posts* estão associados a palavras-chave consideradas oposição ao governo Bolsonaro. Enquanto isso, os entrevistados eleitores classificaram receber micro-agressões, como citado por um deles. No caso dos eleitores, o Twitter foi citado como a rede social em que esse comportamento é mais detectável.

Participantes, atores políticos partidários, e eleitores pontuaram o mesmo sentimento em relação às redes sociais no que tange a proteção contra as violências. Eles destacaram sentirem-se inseguros nas redes sociais e consideraram os meios de denúncia e proteção arbitrários e ineficientes. Nesse âmbito foi encontrada outra lacuna a nível de pesquisas, dado que o maior corpo informativo e teórico relacionado com a proteção das pessoas trans pela arquitetura das plataformas é proveniente de estudos qualitativos realizados por instituições ou coletivos. Na literatura que tange o discurso de ódio é possível perceber que muitas regulações tratam apenas de atos de natureza racista e xenófoba, deixando de fora o discurso homofóbico, bifóbico ou transfóbico. Tende-se ainda a destacar as dificuldades decorrentes da falta de coerência entre as estruturas legais de diferentes localidades e a discussão gerada pelas acusações de censura em tentativas de regulação (Alkiviadou, 2018).

Nas experiências descritas, uma em específico, relatada pela vereadora Filipa Brunelli, alerta para a necessidade de análise das muitas camadas envolvidas no combate à violência de gênero e discurso de ódio nas TICs. No caso específico do Brasil, que se aplica à situação vivida por Filipa, a transfobia nas redes sociais pode ser levada ao domínio legal, sendo julgada desde 2019 pela Lei do Racismo (Decreto de Lei 7.716/89), também contemplando crimes de homofobia e transfobia. Entretanto, as empresas alegam que, para obtenção de conteúdo para fins jurídicos, os juízes brasileiros devem recorrer a um acordo assinado em 2001 entre o Brasil e os Estados Unidos, o MLAT (Mutual Legal Assistance Treaty). Esse acordo impõe uma série de regras no campo legal, principalmente se considerarmos que, no contexto do Brasil, o armazenamento dos dados constitutivos de provas do crime em servidores fora do país torna a obtenção desse material difícil e demorada (Lacerda, 2016).

Ainda dentro do contexto de segurança e regulação, entre as plataformas a considerada mais segura foi o Instagram. Segundo o Social Media Safety Index, é a plataforma mais diligente. Após revisar as medidas das plataformas, como proteções explícitas contra ódio e assédio para usuários LGBTQ, opções de pronomes de gênero em perfis, entre outros, a Gay & Lesbian Alliance Against Defamation criou um sistema para classificá-las. De todas analisadas, o Instagram recebeu uma pontuação de 48 de 100 por possuir uma política abrangente que protege os usuários contra ameaças, violência, discurso de ódio e também

divulga informações limitadas sobre como os usuários podem optar por não ver o conteúdo com base em sua identidade de gênero divulgada (GLAAD, 2022)

Pode-se relacionar o referido no último parágrafo ao fato de os participantes elegeram em unanimidade o Instagram como a plataforma que mais utilizam. É um exemplo de mídia com grande fluxo de ativismo digital, tendo a comunicação visual como principal vetor da informação, o que decorre da constituição da *app*. Os movimentos sociais e usuários incorporam e usufruem da plataforma para o fomento de novos discursos dos fenômenos comunicacionais, estéticos e políticos. A rede social também é hoje a que mais mobiliza politicamente, segundo os entrevistados, pelo seu caráter narrativo agregado às possibilidades de *storytelling* que oferece.

Para os entrevistados, a possibilidade da narrativa lhes propiciou construir discursos próprios, refletindo sua identidade na política e acentuando características progressistas e de gênero, também diferenciando seu discurso da clássica campanha eleitoral feita pelos atores políticos já consolidados. Podemos associar essa afirmação ao conceito de autenticidade, no qual as interações online são feitas a partir de escolhas que representam a identidade que o usuário deseja exibir ao resto da comunidade e são submetidas ao contexto de padrão de autenticidade e aos recursos oferecidos pela rede social em questão (Banet-Weiser, 2012). Tendo em conta esses aspectos, a apresentação da identidade e as performances foram moldadas a partir dos recursos pelos entrevistados também como uma forma de autonomia discursiva, característica que não encontram, por exemplo, na mídia em massa.

Também nesse sentido podemos relacionar ao conteúdo compartilhado pelos entrevistados nas redes sociais e suas estratégias de comunicação a relação entre performatividade e reivindicações de direitos. Nesse âmbito, a transformação como possibilidade política é pensada na condição de repetição das relações de poder. Significa, para Butler (2011), a política como constituinte de espaços de permanência nos quais se opera o jogo em seus termos e a repetição significa o caminho para a quebra das regras do sistema. Entre o corpo, a linguagem e as reivindicações de direito, Butler conjuga, na temporalidade da repetição, a abertura entre passado-futuro e a atualização da conjuntura política (Pinto, 2007).

Além disso, os entrevistados também se baseiam na interseccionalidade para explorar como os processos políticos interagem com as percepções de si e dos outros sobre identidades e categorias sociais como raça e classe. Assim, podemos afirmar que a comunicação é desenhada para mostrar aos outros usuários o caráter interseccional tanto da campanha quanto da vida em geral.

Os participantes também afirmaram que ao gerenciar ativamente como se apresentam, qual o conteúdo compartilhado e com que grupos se envolvem, as experiências de mídia social mostraram-se amplamente positivas e benéficas no sentido de afirmação identitária e transição (Buss et al., 2021). Por exemplo, um dos participantes, Dae, associa o sucesso do seu processo de transição às redes sociais. A possibilidade de apresentar a imagem autêntica e de se juntar a comunidades com outras -perspectivas narrativas, identifica que a presença nas redes é central para o processo de desenvolvimento da identidade. Podemos relacionar as respostas dos entrevistados ao estudo elaborado por Selkie et al. (2020) que aponta diferentes variáveis pelas quais a comunicação nas redes sociais afeta positivamente a afirmação da identidade das pessoas trans. Entre estas destacam-se o *suporte emocional*, pertinente ao encontro com seus semelhantes e interação com os mesmos, criando uma rede de apoio que é limitada na vida offline por situações sociais e limites geográficos; o *suporte de afirmação*, em que a partir das interações, likes, retweets e comentários, as pessoas trans podem criar um sentimento de pertença e sentirem-se confiantes com sua identidade autêntica; e ainda o *suporte de informação que se refere à* possibilidade de obter informações de outras pessoas trans sobre determinados assuntos, tal como a terapia de afirmação de gênero e processos de transição (Selkie et al., 2020).

Conclusões e Limitações

Com a internet, ampliou-se a possibilidade quer de produção e compartilhamento de conteúdos que questionam preconceitos e exigem mais direitos, quer as estratégias para a comunicação política para grupos com menos alcance na mídia tradicional. O aumento a adesão política institucional por parte dos indivíduos trans e da ampliação das discussões inerentes a essa população, em interseccionalidade com a militância feminista, negra e LGBTQIA+ em geral, tem evidente relação com o crescimento do acesso às redes sociais nos últimos anos. No entanto, os meios de comunicação digitais sozinhos não são suficientes para explicar a ascensão desse fenômeno.

Conclui-se então, segundo as experiências compartilhadas pelos entrevistados, que as redes sociais têm caráter instrumental, mas não alteram as dinâmicas da entrada na política, sendo esse efeito mais influenciado por questões relacionadas tanto à legitimação quanto à falta de direitos. Podemos argumentar que, tanto a natureza global da internet quanto a cultura das redes sociais impactam na dinâmica e estilo das campanhas, mas não na decisão de engajamento na política partidária.

Apesar de oferecer contributos positivos, devido ao seu caráter convergente, a comunicação nas redes sociais está profundamente enraizada nas hierarquias e processos de opressão que caracterizam os espaços. Isso ocorre tanto pelo contexto social, que funciona como fator de estratificação, quanto pelo novo poder delegado às plataformas de controlar o conteúdo, o que resulta em limitações no combate à violência de gênero.

Nessa perspectiva, o objetivo de se combater o uso das redes sociais para disseminar a transfobia e o discurso de ódio se mostra como um desafio significativo tanto a nível de desenvolvimento do corpo de pesquisa, quanto de políticas públicas e políticas de uso das plataformas. Desafio esse acentuado pelas contínuas mudanças tecnológicas e administrativas das redes sociais, exemplificado pelo Twitter, considerada a plataforma mais insegura pelos usuários trans, como constatado neste estudo. A rede social foi recentemente adquirida por Elon Musk, que possui histórico transfóbico e diminuiu ainda mais os controles em relação ao discurso de ódio (Gonçalves, 2022).

Também é necessário ampliar os estudos sobre como as demandas da população trans serão integradas na política a partir de agora. Apesar da eleição de um corpo político mais progressista e da derrota de Jair Bolsonaro, em 2023 o Brasil ainda enfrentará um cenário político complexo e extremamente instável.

Em relação às limitações, as maiores foram encontradas na organização e logística das entrevistas. O trabalho visava, desde a fase inicial, entrevistar candidatos trans a cargos políticos, embora, até final de agosto, as entrevistas ainda não estivessem confirmadas por os candidatos se encontrarem em fase de pré-candidatura. Assim, foi necessário aguardar a deliberação por parte do Tribunal Superior Eleitoral, o que atrasou o processo da realização das entrevistas. Além disso, devido ao período de trabalho intenso por parte dos candidatos, muitos convidados não conseguiram encontrar o tempo necessário, ou tiveram que cancelar as conversas, por conta de outros compromissos.

Referências Bibliográficas

- Adams, N., Pearce, R., Veale, J., Radix, A., Castro, D., Sarkar, A., & Thom, K. C. (2017). Guidance and Ethical Considerations for Undertaking Transgender Health Research and Institutional Review Boards Adjudicating this Research. *Transgender Health*, 2(1), 165–175. <https://doi.org/10.1089/trgh.2017.0012>
- Alkiviadou, N. (2018). Hate speech on social media networks: towards a regulatory framework? *Information & Communications Technology Law*, 28(1), 19–35. <https://doi.org/10.1080/13600834.2018.1494417>
- Almada, M. P., Carreiro, R., Barros, S. R., & Gomes, W. D. S. (2019). Democracia digital no Brasil: obrigação legal, pressão política e viabilidade tecnológica. *MATRIZES*, 13(3), 161–181. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v13i3p161-181>
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas – INNPD, Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas – RENFA, & Escola Nacional de Gênero e Sexualidade. (2021). Relatório da Escola Nacional de Gênero e Sexualidade: Panorama das Agendas de Gênero, Sexualidade, Direitos Humanos e Políticas sobre Drogas entre 2018 e 2021 1. In *Gêneros - Escola Nacional De Gênero E Sexualidade*. Escola Nacional de Gênero e Sexualidade. <https://escolageneros.com.br/relatorio/introducao/>
- Associação Nacional de Travestis Transexuais. (2014). Eleições 2014. Associação Nacional De Travesti E Transexuais. <https://antrabrasil.org/eleicoes2014/>
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (2016). Eleições 2016. Associação Nacional De Travestis E Transexuais. <https://antrabrasil.org/eleicoes2016/>
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (2020). Eleições 2020. Associação Nacional De Travesti E Transexuais. <https://antrabrasil.org/eleicoes2020/>
- Baggio, L., & Consentino, A. (Eds.). (n.d.). *Autonomia Social na Política: Por dentro de uma Campanha Colaborativa*
- Banet-Weiser, S. (2021). Gender, Social Media, and the Labor of Authenticity. *American Quarterly*, 73(1), 141–144. <https://doi.org/10.1353/aq.2021.0008>
- Barr, S. M., Budge, S. L., & Adelson, J. L. (2016). Transgender community belongingness as a mediator between strength of transgender identity and well-being. *Journal of Counseling Psychology*, 63(1), 87–97. <https://doi.org/10.1037/cou0000127>
- Benevides, B., & Nogueira, S. (2021). Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. In *ANTRA* (ISBN: 9786558910138). ANTRA, IBTE. <https://antrabrasil.org/assassinatos/>
- Benito, E. de. (2018, June 19). OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais. *El País Brasil*. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/internacional/1529346704_000097.html
- Bento, B. (2021). *A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual* (3rd ed.) [Print]. Editora Devires.
- Berenice Bento. (2014a). Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Revista Semestral Do Departamento E Do Programa De Pós-Graduação Em Sociologia Da UFSCar*, 4(1), 165.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>

- Burns, K. (2019, December 27). *The internet made trans people visible. It also left them more vulnerable*. Vox. <https://www.vox.com/identities/2019/12/27/21028342/trans-visibility-backlash-internet-2010>
- Buss, J., Le, H., & Haimson, O. L. (2021). Transgender identity management across social media platforms. *Media, Culture & Society*, 44(1), 22–38. <https://doi.org/10.1177/01634437211027106>
- Butler, C., & Byrne, A. (2008). Queer in practice: Therapy and queer theory. In *Feeling Queer or queer feelings? Radical approaches to counselling sex, sexualities and genders*. Routledge.
- Butler, J. (1990). *Gender Trouble*. Routledge.
- Butler, J. (2004). *Undoing Gender*. Routledge.
- Butler, J. (2011). *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of Sex* (1st ed.). Routledge.
- Butler, J., & Athanasiou, A. (2013). *Dispossession: The Performative in the Political* (1st ed.). Polity.
- Câmara Municipal de São Paulo. (2022, Maio 9). *Erika Hilton*. Câmara Municipal De São Paulo. <https://www.saopaulo.sp.leg.br/vereador/erika-hilton/>
- Cannon, Y., Speedlin, S., Avera, J., Robertson, D., Ingram, M., & Prado, A. (2017). Transition, Connection, Disconnection, and Social Media: Examining the Digital Lived Experiences of Transgender Individuals. *Journal of LGBT Issues in Counseling*, 11(2), 68–87. <https://doi.org/10.1080/15538605.2017.1310006>
- Carrera, F. (2021). Roleta interseccional. *E-Compós*, 24. <https://doi.org/10.30962/ec.2198>
- Carvalho, M. (2011). *Que mulher é essa?: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Carvalho, M., & Carrara, S. (2013). Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud Y Sociedad (Rio De Janeiro)*, 14, 319–351. <https://doi.org/10.1590/s1984-64872013000200015>
- Castells, M. (2018). *Rupture: The Crisis of Liberal Democracy* (R. Marteau, Trans.; 1st ed.). Polity.
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics [1989]. *Feminist Legal Theory*, 57–80. <https://doi.org/10.4324/9780429500480-5>
- Da Silva, V. (2022). *Pela primeira vez, Congresso terá bancada LGBTQIA+*. Gênero E Número. <https://www.generonumero.media/reportagens/eleitos-lgbtqia/>
- Damé, L. (2018, October 19). Em crescimento, a bancada evangélica terá 91 parlamentares no Congresso. Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/em-crescimento-bancada-evangelica-tera-91-parlamentares-no-congresso>
- Dorali, I. (2022, May). *Kátia Tapety: primeira vereadora trans do Brasil dá nome à escola de formação política*. Alma Preta. <https://almapreta.com/sessao/cultura/katia-tapety-primeira-vereadora-trans-negra-do-brasil-da-nome-a-escola-de-formacao-politica>
- Driscoll, C., & Gregg, M. (2011). Convergence Culture and The Legacy of Feminist Cultural Studies. *Cultural Studies*, 25(4–5), 566–584. <https://doi.org/10.1080/09502386.2011.600549>
- Ekins, R., & King, D. (2010). The Emergence of New Transgendering Identities in the Age of the Internet. In *Transgender Identities: Towards a Social Analysis of Gender Diversity* (1st ed.). Routledge. <https://www.taylorfrancis.com/books/oa-edit/10.4324/9780203856147/transgender-identities-sally-hines-tam-sanger>

- Enke, F. (2012). *Transfeminist Perspectives in and beyond Transgender and Gender Studies (Lambda Literary Award: Transgender)*. Temple University Press.
- Enke, F., & Enke, F. (2012). *Transfeminist Perspectives in and Beyond Transgender and Gender Studies*. Amsterdam University Press.
- Fischer, M. (2016). #Free_CeCe: the material convergence of social media activism. *Feminist Media Studies*, 16(5), 755–771. <https://doi.org/10.1080/14680777.2016.1140668>
- Foucault, M. (1999). História da sexualidade [E-book]. In *A vontade de saber - Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque*. (13th ed.). https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf
- Galf, R. (2022, September 30). *Datafolha: 53% dizem ter mudado comportamento nas redes sociais por motivos políticos*. Folha De S.Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/datafolha-53-dizem-ter-mudado-comportamento-nas-redes-sociais-por-motivos-politicos.shtml>
- Gerbaudo, P. (2018). Social media and populism: an elective affinity? *Media, Culture & Society*, 40(5), 745–753. <https://doi.org/10.1177/0163443718772192>
- Gerbaudo, P., & Treré, E. (2015). In search of the ‘we’ of social media activism: introduction to the special issue on social media and protest identities. *Information, Communication & Society*, 18(8), 865–871. <https://doi.org/10.1080/1369118x.2015.1043319>
- GLAAD. (2022). *Social Media Safety Index*. <https://sites.google.com/glaad.org/smsi/platform-scores>
- Gomes, W. (2017). 20 anos de política, Estado e democracia digitais: uma “cartografia” do campo. *Democracia Digital, Comunicação Política e Redes*. <https://doi.org/10.24328/2017/61012.88/02>
- Gontijo, F. (2014a). Kátia Tapety: ora mulher, ora travesti? Gênero, sexualidade e identidades em trânsito no Brasil. *Cadernos Pagu*. <https://www.scielo.br/j/cpa/a/PN99Fs6ffccyWksFNvFtyBn/?lang=pt>
- Gontijo, F. (2014b). Kátia Tapety: ora mulher, ora travesti? Gênero, sexualidade e identidades em trânsito no Brasil. *Cadernos Pagu*, 43, 299–319. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430299>
- Gonçalves, M. E. (2022, November 14). Sob Elon Musk, Twitter Pode Ter Nova Onda De Transfobia. *Revista Híbrida*. <https://revistahibrida.com.br/viral/elon-musk-twitter-transfobia/>
- Graça, R. (2016). Performatividade e política em Judith Butler: corpo, linguagem e reivindicação de direitos. *Perspectiva Filosófica*, 43. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/perspectivafilosofica/article/view/230291/24499>
- Hancock, A. M. (2007). Intersectionality as a Normative and Empirical Paradigm. *Politics & Gender*, 3(02). <https://doi.org/10.1017/s1743923x07000062>
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *DOAJ: Directory of Open Access Journals - DOAJ*. <https://doaj.org/article/6931b56ef1f8493e86cf5f4f2360f745>
- Heliodoro, G. (2021, Junho 17). Você conhece a história de Xica Manicongo? *BuzzFeed BRASIL*. <https://buzzfeed.com.br/post/voce-conhece-a-historia-de-xica-manicongo>
- Henrickson, M., Giwa, S., Hafford-Letchfield, T., Cocker, C., Mulé, N. J., Schaub, J., & Baril, A. (2020). Research Ethics with Gender and Sexually Diverse Persons. *International Journal of*

- Environmental Research and Public Health*, 17(18), 6615.
<https://doi.org/10.3390/ijerph17186615>
- Hirata, H. (2018). GÊNERO, PATRIARCADO, TRABALHO E CLASSE. *Revista Trabalho Necessário*, 16(29). <https://doi.org/10.22409/tn.16i29.p4552>
- Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos. (2020). Qual é a cor do invisível? A situação de direitos humanos da população LGBTI negra no Brasil. In *Instituto Internacional Sobre Raça, Igualdade E Direitos Humanos*. [https://Qual é a cor do invisível? - Race and Equalityhttps://raceandequality.org › uploads › 2020/11 › FI. . .](https://Qual%20%C3%A9%20a%20cor%20do%20invis%C3%ADvel%3F-Race%20and%20Equalityhttps://raceandequality.org%20uploads%202020/11%20FI...)
- Jenkins, H. (2006). *Convergence Culture: Where Old and New Media Collide*. New York University Press.
- Jenzen, O. (n.d.). *Digital cultures of resistance: LGBTQ Social Media Popular Culture Strategies and Activism*[Conference contribution]. Creative Citizens: The Conference - Royal College of Art, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland. <https://research.brighton.ac.uk/en/publications/digital-cultures-of-resistance-lgbtq-social-media-popular-culture>
- Jesus, J. G. (2012). *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos* (1st ed.) [E-book].
- Koyama, E. (2001). “*Manifesto Transfeminista*” de Emi Koyama. Book Bloc. <https://bookblocrda.wordpress.com/2014/06/20/novembro-2013/>
- Krook, M., & Restrepo Sanín, J. (2016). Gender and political violence in Latin America Concepts, debates and solutions. *Política Y Gobierno*, 23. https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1665-20372016000100127&script=sci_arttext&tlng=en
- Kuper, L. E., Wright, L., & Mustanski, B. (2018). Gender identity development among transgender and gender nonconforming emerging adults: An intersectional approach. *International Journal of Transgenderism*, 19(4), 436–455. <https://doi.org/10.1080/15532739.2018.1443869>
- LabCidade. (2021, January 29). 29 de janeiro, Dia Nacional da Visibilidade Trans. *LabCidade*. <http://www.labcidade.fau.usp.br/29-de-janeiro-dia-nacional-da-visibilidade-trans/>
- Lacerda, P. (2016). *O direito penal do inimigo na atualidade: Mutual Legal Assistance Treaty – MLAT, em matéria penal, celebrado entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América bem como seus reflexos na jurisdição brasileira* [Master Thesis]. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Lando, G., & Lira, R. (2020). A Desjudicialização da Alteração no Nome e do Gênero no Registro Civil da Pessoa Transexual. *Gênero & Direito*, 9(2). <https://doi.org/10.22478/ufpb.2179-7137.2020v9n2.50714>
- Larry Nuttbrock, Andrew Rosenblum, & Rosalynne Blumenstein. (2002). Transgender Identity Affirmation and Mental Health. *International Journal of Transgenderism*. <http://psycnet.apa.org/record/2004-15718-003>
- Lopes, F. M., & Fidelis, F. (2015). Jornadas de Junho de 2013: Formas de mobilização online e a ação de ativistas em Brasília por meio do Facebook. *Universitas: Arquitetura E Comunicação Social*, 12(1). <https://doi.org/10.5102/uc.v12i1.3381>
- Machado, A. L., & Pérsigo, P. M. (2015). Opinião Pública, Mídia e Movimentos Sociais: os Jovens e o MST em Tempos de Sociedade em rede. *Cadernos De Comunicação*, 18(2). <https://doi.org/10.5902/2316882x15930>

- Medeiros, B. N., Castro, G. H. C. D., & Siqueira, M. V. S. (2022). Ativismo trans e reconhecimento: por uma “transcis-rexistência” na política brasileira. *Revista Brasileira De Ciência Política*, 37. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.37.246289>
- Miller, J. F. (2022). *What Makes Trans Lives More Livable?: An Intersectional Content Analysis of #WeHappyTrans* and #TheGenderTag* [Dissertation]. Georgia State University.
- Ministério da Saúde. (2011). *Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde*. Empresa Brasileira De Serviços Hospitalares. <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-nordeste/hulw-ufpb/aceso-a-informacao/programas-e-projetos/carta-de-direitos>
- Muñoz, V. (2012). Gender/Sovereignty. In *Transfeminist Perspectives in and beyond Transgender and Gender Studies*. Temple University Press. <https://www.jstor.org/stable/j.ctt14bt8sf>
- O’Hare, D. (2021, June 9). *Tips on writing a qualitative dissertation or thesis, from Braun & Clarke - Part 1*. edpsy.org.uk. <https://edpsy.org.uk/blog/2021/tips-on-writing-a-qualitative-dissertation-or-thesis-from-braun-clarke-part-1/>
- Oliveira, A. C. A. (2020). Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional: uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil. *Interritórios*, 6(10), 89. <https://doi.org/10.33052/inter.v6i10.244895>
- Oliveira, J. M., Toneli, M. J. F., & Vázquez, C. L. (2019). Necropolítica, políticas públicas interseccionales y ciudadanía trans. *Ex Æquo*, 40. <https://exaequo.apem-estudios.org/artigo/necropolitica-politicas-publicas-interseccionales-y-ciudadania-trans>
- Pereira, C. F. (2018). Barreiras à ambição e à representação política de LGBT no Brasil. *Revista Ártemis*, 24(1), 120. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2017v24n1.35710>
- Perez, O., Rios, F., & Ricoldi, A. (2018). Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. *Lutas Sociais*, 22(40), 36–51. <https://doi.org/10.23925/ls.v22i40.46648>
- Pinheiro, E. (2022). Há 13 anos no topo da lista, Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo. *Brasil De Fato*. <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo>
- Pinto, J. P. (2007). Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. *DELTA: Documentação De Estudos Em Lingüística Teórica E Aplicada*, 23(1), 1–26. <https://doi.org/10.1590/s0102-44502007000100001>
- Reis, T., & Eggert, E. (2017). Ideologia de Gênero: Uma Falácia Construída Sobre os Planos de Educação Brasileiros. *Educação & Sociedade*, 38(138), 9–26. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302017165522>
- Rentschler, C. (2015). #Safetytipsforladies: Feminist Twitter Takedowns of Victim Blaming. *Feminist Media Studies*, 15(2), 353–356. <https://doi.org/10.1080/14680777.2015.1008749>
- Rentschler, C. A., & Thrift, S. C. (2015). Doing feminism: Event, archive, techné. *Feminist Theory*, 16(3), 239–249. <https://doi.org/10.1177/1464700115604138>
- Sacchet, T. (2012). Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. *Revista Estudos Feministas*, 20(2), 399–431. <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2012000200004>
- Santos, G. G. D. C. (2016). Diversidade sexual e política eleitoral: Analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. *Sexualidad, Salud Y Sociedad (Rio De Janeiro)*, 23, 58–96. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.23.03.a>

- Sarlet, G. B. S. (2022). Digital Identity and the Problem of Digital Inheritance. *Personality and Data Protection Rights on the Internet*, 355–375. https://doi.org/10.1007/978-3-030-90331-2_15
- Scherer-Warren, I. (2006). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade E Estado*, 21(1), 109–130. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922006000100007>
- Secretaria Geral da Presidência da República. (2014). *Decreto-Lei nº 12.965, 2014*. Diário Da da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm
- Selkie, E., Adkins, V., Masters, E., Bajpai, A., & Shumer, D. (2020). Transgender Adolescents' Uses of Social Media for Social Support. *Journal of Adolescent Health*, 66(3), 275–280. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2019.08.011>
- Stryker, S. (2017). *Transgender History (Seal Studies)* (2nd ed.). Seal Press.
- Teixeira, S. H. (2019). Pensando a interseccionalidade a partir da vida e morte de Marielle Franco. *Dignidade Re-Vista*, 4. <http://periodicos.puc-rio.br/index.php/dignidaderevista/issue/view/44>
- Tribunal Superior Eleitoral (TSE). (2022). *Divisão do fundo eleitoral para 2022*. TSE. https://www.tse.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/arquivos/calculo-do-montante-do-fefc-para-as-eleicoes-2022/@@download/file/TSE-calculo-distribuicao-fefc-eleicoes-2022.pdf
- Vincent, B. W. (2018). Studying trans: recommendations for ethical recruitment and collaboration with transgender participants in academic research. *Psychology & Sexuality*, 9(2), 102–116. <https://doi.org/10.1080/19419899.2018.1434558>
- Williams, S. (2015). Digital Defense: Black Feminists Resist Violence with Hashtag Activism. *Feminist Media Studies*, 15(2), 341–344. <https://doi.org/10.1080/14680777.2015.1008744>

Anexos

Anexo A

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. O estudo tem por objetivo identificar qual o impacto das redes sociais e da comunicação digital na participação política transgénero, tanto no âmbito do eleitorado quanto dos candidatos e representantes eleitos.

O estudo é realizado pela mestrandia Thainá Leticia Innocente, quem poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida ou partilhar algum comentário.

A sua participação no estudo, que será muito valorizada pois irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência, consiste em uma entrevista qualitativa conduzida virtualmente. Não existem riscos expectáveis associados à participação no estudo.

A participação no estudo é estritamente voluntária: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificativa. Para além de voluntária, os dados obtidos destinam-se apenas ao desenvolvimento da pesquisa e nenhuma resposta será divulgada individualmente.

E-mail.....

Nome Completo.....

Data e Local.....

Declaro ter compreendido os objetivos do estudo e que aceito nele participar.

Declaro que autorizo o uso da entrevista para realização do estudo.

Declaro que autorizo o uso do meu nome na realização do estudo.

Anexo B

